

## **V-007 - TRANSPARÊNCIA NA REGULAÇÃO DO REAJUSTE TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

**Pâmella Bárbara Lustosa** <sup>(1)</sup>

Economista pela Universidade Federal do Piauí. Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí. Economista da Arsete.

**Elaine Aparecida da Silva** <sup>(2)</sup>

Docente e pesquisadora vinculada ao Departamento de Recursos Hídricos, Geotecnia e Saneamento Ambiental e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPI.

**Endereço**<sup>(1)</sup>: Av. Universitária, 1310 - Ininga - Teresina - PI - CEP: 64049-538 - Brasil - Tel: (86) 3215-5566 - e-mail: pamella\_barbara@yahoo.com.br

### **RESUMO**

Saneamento básico e acesso à informação são direitos humanos fundamentais. Agências reguladoras atuam na economia buscando equilibrar o relacionamento entre usuários, prestadores e titulares dos serviços públicos. A Lei Nacional de Diretrizes para o Saneamento Básico (LNSB) determina a obrigatoriedade de agências reguladoras e fiscalizadoras para a validade das concessões dos serviços de saneamento. A atuação dessas agências deve se pautar na máxima transparência, e consequente facilidade de acesso à informação, assim como de toda a gestão pública, em acordo com o estabelecido na LNSB e posteriormente objeto de lei própria, a Lei de Acesso à Informação (LAI). O objetivo deste trabalho é avaliar a adequação às práticas da transparência ativa pelas agências reguladoras do Nordeste do Brasil, com ênfase no processo de reajuste tarifário dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A metodologia utilizada consistiu em consulta aos *sites* das agências, em busca de documentos publicados que determinassem o reajuste tarifário e sua metodologia, bem como a avaliação de outros itens de transparência ativa, trazidos pela LAI. Dentre as nove agências avaliadas, apenas a Arce e a Agersa tiveram resultado satisfatório, a Agrese teve avaliação insatisfatória, e as demais apresentaram transparência ativa regular. Conclui-se que a prática da transparência ativa, nas agências reguladoras do Nordeste do Brasil, ainda não está em plena conformidade com a legislação, e que muito se pode avançar facilmente, já que as informações estão disponíveis para os gestores, é necessário apenas sua inclusão nos *sites* institucionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agências Reguladoras, Saneamento Básico, Transparência Ativa.

### **INTRODUÇÃO**

O saneamento básico é constituído por serviços essenciais para a saúde e para a qualidade de vida, e por isso foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um direito humano universal (ONU, 2010). No Brasil, as diretrizes para o saneamento básico estão estabelecidas na Lei nº 11.445/07, na qual é definido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais (BRASIL, 2007).

Na Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB) é ressaltada a importância crescente do Estado como regulador, quando a mesma estabelece que para a validade de qualquer contrato de prestação de serviços de saneamento deve haver uma entidade de regulação responsável. Condição essa, importante e necessária para garantir o cumprimento da legislação e desenvolvimento do saneamento (GALVÃO JUNIOR e PAGANINI, 2009).

Com vistas a garantir o equilíbrio entre o interesse público, que consiste em ter os serviços prestados da melhor forma possível, e o interesse privado, que busca maximizar seu retorno econômico, se faz necessária a regulação econômica. Um dos aspectos a ser objeto de normas editadas pela entidade reguladora é o reajuste tarifário. O mesmo deverá atender aos princípios de transparência e tecnicidade, devendo ser assegurada a publicidade de decisões e instrumentos equivalentes, preferencialmente, em sítio na internet (BRASIL, 2007).

Dessa forma, neste trabalho foi realizada a análise dos *sites* de agências reguladoras do Nordeste, para verificar se a definição dos percentuais de reajuste tarifário ocorre de acordo com os preceitos de publicidade e transparência da LNSB e da Lei 12.527/11, Lei de Acesso à Informação (LAI). Considerando que as instituições devem possibilitar o acesso de forma clara e transparente às informações, que não sejam sigilosas, sem a necessidade de qualquer solicitação, no caso, a definição dos reajustes tarifários. Os serviços de saneamento considerados foram abastecimento de água e esgotamento sanitário, por estarem mais avançados no processo de regulação brasileiro, mesmo ainda em amadurecimento.

## **OBJETIVO**

O objetivo deste trabalho é avaliar a transparência ativa praticada pelas agências reguladoras do Nordeste do Brasil, com ênfase no processo de reajuste tarifário dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

## **REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO**

A regulação de setores da economia por meio de agências independentes há muito tempo é utilizada nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, em diferentes configurações, buscando reduzir os efeitos das falhas de mercado, assim como um distanciamento de interesses políticos, próprios da gestão pública (MAJONE, 2013).

No Brasil, a atuação das agências reguladoras teve início com a abertura ao capital privado de setores que antes eram operados apenas pelo poder público, na década de 1990 (GALVÃO JUNIOR e PAGANINI, 2009). As primeiras agências reguladoras criadas foram a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 1996, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em 1997, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 1998.

Apesar de já existirem agências reguladoras de saneamento, a LNSB inovou ao trazer essa obrigatoriedade, agências subnacionais, já que o saneamento é de competência municipal, podendo ser municipais, estaduais ou em consórcio de titulares. As primeiras agências foram criadas nos anos 1990: Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs), Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce) e a Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa) (BRASIL, 2018).

As agências são reguladoras e também fiscalizadoras, funções distintas mas que têm sua atuação conjunta. Conforme o Decreto que regulamenta a LNSB, regulação é “todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços público” (BRASIL, 2010). Enquanto fiscalização são “atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público”. Portanto, conforme Lima (2013), mesmo a atividade de fiscalização não sendo exclusiva de entidades reguladoras, o poder de fiscalizar é parte integrante da atividade regulatória.

A regulação do saneamento vai além da questão tarifária, e geralmente está diretamente associada à regulação da qualidade, atuando em conjunto com a fiscalização. Um item fundamental de aspecto econômico que a justifica é a caracterização da atividade como um monopólio natural, dando poder de mercado ao prestador de serviços, de tal forma que o mesmo não tem a concorrência para pressioná-lo por menores preços e maior qualidade na prestação dos serviços. Isso se dá quando uma empresa é capaz de fornecer um serviço de forma mais eficiente do que se houvessem várias atuando no mesmo mercado, devido aos altos investimentos necessários que geram economia de escala (PINTO JR e FIANI, 2002).

A prestação desses serviços deve ter sua sustentabilidade econômica garantida, ou seja, as suas taxas ou tarifas, conforme o caso, devem cobrir os custos e a adequada remuneração do capital, sem ferir o princípio da modicidade tarifária. Para isso, faz-se necessária a regulação tarifária, atividade realizada por agências reguladoras designadas pelos municípios titulares dos serviços (BRASIL, 2007).

Constituem a regulação tarifária, além da estrutura de cobrança, as formas como se darão as revisões e os reajustes: a primeira, no caso de desequilíbrio econômico por fatores inesperados, quando extraordinária, ou por desequilíbrios na estrutura de custos não sanados com os reajustes; e o segundo, visando atualizar a receita diante do aumento dos custos dos insumos de produção. Quanto ao reajuste, objeto deste trabalho: “A regulação pode determinar que os reajustes sejam processados e autorizados automaticamente pelo regulador dos serviços, com base em índice geral econômico ou de preços mais adequado à realidade local e do setor, ou com base em indicador próprio de variação dos custos específicos dos serviços” (FUNASA, 2014, p. 79).

## **TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**

A LAI é o mecanismo brasileiro dentro de um contexto mundial de busca pela garantia do direito à informação, sendo a Suécia o primeiro país a legislar sobre o assunto, em 1766, um caso totalmente isolado na história. Antes dos anos 2000, 32 países já tinham as suas leis de acesso à informação, e de 2000 a 2018, isso se deu em mais 79 países, como é o caso do Brasil, em 2011 (ACESS INFO, 2019). Lembrando que o direito à informação já estava enunciado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 (ONU, 1948), Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) e faz parte dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2019).

Para Martins (2015) o princípio da transparência deriva diretamente do princípio constitucional da publicidade, vem sendo construído a partir de anseios da sociedade por mais informação, que possibilite à mesma as condições para fiscalizar o funcionamento da administração pública, e com a popularização da internet, ganhou um excelente meio de efetivação.

Dessa forma, o direito à informação se converte em uma obrigação da gestão pública, em harmonia com o princípio da publicidade, dando subsídios para que o necessário controle social seja efetivo. Que deve ser aplicado tanto na administração direta, quanto na indireta, como é o caso das agências reguladoras, autarquias, de todos os entes da federação e de todos os poderes (BRASIL, 2011).

Nas atividades realizadas pelas entidades reguladoras deve ser assegurada a publicidade, preferencialmente em endereço eletrônico, isso se aplica não só ao reajuste tarifário, mas a todas as decisões, relatórios e estudos (BRASIL, 2007), garantindo o direito à informação. A Lei de Acesso à Informação (LAI), posterior a LNSB, vem regular e reforçar esse direito constitucional, ressaltam-se duas diretrizes previstas em seu art. 3º: “II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação” (BRASIL, 2011).

A escolha do tema pontual de reajuste tarifário é apenas uma amostra da amplitude de informações a que se tem direito, e as agências reguladoras, como parte integrante da administração pública indireta, tem o dever de fornecer. Mas a análise da transparência ativa, que é o caso, conceituada como a “divulgação de informações pela Administração Pública por determinação legal, independente de solicitação da sociedade” (CGU, 2017, p. 26) pode ser aplicada para diversos temas e em toda a administração pública.

## **METODOLOGIA**

A fim de avaliar qualitativamente a adequação da prática regulatória no que tange à transparência ativa e como ponto central a sistemática de reajuste tarifário dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, foram consultados os *sites* de entidades reguladoras do Nordeste, sendo uma agência representante de cada Estado, resultando na amostra do Quadro 1.

A consulta consistiu na busca por resoluções e/ou notas técnicas que tenham determinado o último reajuste aprovado para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que devem estar disponíveis para consulta de qualquer interessado.

**Quadro 1 – Agências Reguladoras de Saneamento do Nordeste**

| ESTADO/MUNICÍPIO                        | AGÊNCIA  | SITE  |
|---|--|---|
| <b>Alagoas (AL)</b>                     | Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas (Arsal)               | <a href="http://www.arsal.al.gov.br">http://www.arsal.al.gov.br</a>                 |
| <b>Bahia (BA)</b>                       | Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia (Agersa)                | <a href="http://www.agersa.ba.gov.br">http://www.agersa.ba.gov.br</a>               |
| <b>Ceará (CE)</b>                       | Agência Reguladora do Estado do Ceará (Arce)                                       | <a href="http://www.arce.ce.gov.br">http://www.arce.ce.gov.br</a>                   |
| <b>Maranhão (MA)</b>                    | Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos (MOB)                    | <a href="http://www.mob.ma.gov.br/">http://www.mob.ma.gov.br/</a>                   |
| <b>Paraíba (PB)</b>                     | Agência de Regulação do Estado da Paraíba (ARPB)                                   | <a href="https://arpb.pb.gov.br/a-agencia">https://arpb.pb.gov.br/a-agencia</a>     |
| <b>Pernambuco (PE)</b>                  | Agência de Regulação de Pernambuco (Arpe)  | <a href="http://www.arpe.pe.gov.br">http://www.arpe.pe.gov.br</a>                   |
| <b>Piauí (PI) - Teresina</b>            | Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos de Teresina (Arsete)           | <a href="http://arsete.teresina.pi.gov.br">http://arsete.teresina.pi.gov.br</a>     |
| <b>Rio Grande do Norte (RN) - Natal</b> | Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município do Natal (Arsban) | <a href="https://www.natal.rn.gov.br/arsban">https://www.natal.rn.gov.br/arsban</a> |
| <b>Sergipe (SE)</b>                     | Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese)              | <a href="http://www.agrese.se.gov.br">http://www.agrese.se.gov.br</a>               |

Foram avaliados aspectos de transparência da LNSB, com um detalhamento trazido pela LAI, com foco no processo pontual de reajuste tarifário dos serviços de saneamento, água e esgoto. A consulta foi realizada em fevereiro de 2019. Os itens foram classificados em “Atende”, “Atende Parcialmente” e “Não Atende”, tendo sido atribuídas as respectivas pontuações, “2”, “1” e “0”. Considerou-se, como somatório da avaliação de cada item, “Insatisfatório” uma pontuação menor que 5; “Regular” entre 5 e 7; e maior ou igual a 8 “Satisfatório”. Detalhamento dos itens avaliados a seguir:

- **Ferramenta de busca:** “O *site* contém ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão (incluindo respostas a palavra ‘reajuste’)?”;
- **Acesso às Resoluções:** “As resoluções da agência (incluindo as de reajuste de água e esgoto) estão disponíveis para consulta e seu acesso se dá de forma fácil e objetiva?”;
- **Clareza na definição do reajuste:** “As resoluções possibilitam uma compreensão de como foram calculados os percentuais de reajuste?”;
- **Perguntas frequentes:** “O *site* disponibiliza seção de perguntas frequentes (incluindo a temática do saneamento)?”;
- **Orientações para contato:** “O *site* indica local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio?”.

Para as agências nas quais não foi possível identificar a metodologia de reajuste, foi solicitado documento em que essa informação estivesse disponível, via *e-mail* para os endereços de correio eletrônico disponibilizados nos *sites*, extrapolando o conceito de transparência ativa.

## RESULTADOS OBTIDOS

Entre as agências reguladoras estudadas, não há uma padronização dos *sites*, mas alguns aspectos em comum, apresentados em resumo no Quadro 2. Todas dispõem de ferramenta de busca, mas elas não necessariamente captam todo o conteúdo do *site*, não retornando nenhum resultado para a palavra “reajuste”, como é o caso da Agrese, nesses casos tornando a ferramenta ineficaz para esta finalidade.

**Quadro 2 – Avaliação da transparência ativa nas agências reguladoras de saneamento do Nordeste**

| Agência       | Ferramenta de busca | Acesso às Resoluções | Clareza na definição do reajuste | Perguntas frequentes | Orientações para contato | Avaliação |
|---------------|---------------------|----------------------|----------------------------------|----------------------|--------------------------|-----------|
| <b>Arsal</b>  | Atende              | Atende               | Não atende                       | Atende parcialmente  | Atende                   | <b>7</b>  |
| <b>Agersa</b> | Atende              | Atende               | Atende                           | Atende parcialmente  | Atende                   | <b>9</b>  |
| <b>Arce</b>   | Atende              | Atende               | Atende                           | Atende               | Atende                   | <b>10</b> |
| <b>MOB</b>    | Atende              | Atende               | Não Atende                       | Não Atende           | Atende                   | <b>6</b>  |
| <b>ARPB</b>   | Atende              | Atende               | Não Atende                       | Não Atende           | Atende                   | <b>6</b>  |
| <b>Arpe</b>   | Atende              | Atende parcialmente  | Atende                           | Não Atende           | Atende                   | <b>7</b>  |
| <b>Arsete</b> | Atende              | Atende parcialmente  | Atende                           | Não Atende           | Atende parcialmente      | <b>6</b>  |
| <b>Arsban</b> | Atende              | Atende parcialmente  | Atende                           | Não Atende           | Atende                   | <b>7</b>  |
| <b>Agrese</b> | Atende parcialmente | Atende parcialmente  | Não atende                       | Não atende           | Atende                   | <b>4</b>  |

Todas as agências disponibilizam as suas resoluções; porém, nas avaliadas como “Atende parcialmente” o acesso não ocorre tão facilmente, já que não são retornadas pelo mecanismo de busca. Além disso, o fato de disponibilizarem as resoluções, especificamente as que tratam do reajuste tarifário dos serviços de água e esgoto, não significa que é possível uma compreensão de como se chegou a determinado percentual, como ocorre nas agências Arsal, MOB, ARPB e Agrese.

Quanto ao item “Perguntas frequentes”, apenas a Arsal, a Agersa e a Arce disponibilizam essa seção. E com relação às orientações para entrar em contato com a agência, todas disponibilizam *e-mail*, telefone, formulário de contato ou alguma combinação desses, com destaque negativo para a Arsete, pois essa informação está disponível apenas no rodapé da página eletrônica e o meio específico de contato com a Ouvidoria, que é um formulário “Fale conosco”, não funcionou quando foram realizadas as tentativas para essa pesquisa.

Quanto à metodologia do cálculo do reajuste, apenas em quatro agências foi possível compreender o procedimento: Agersa, Arpe, Arsete e Arsban. Destaca-se que não há uma padronização e por isso há a necessidade de maior transparência nesse processo. Carrara de Melo e Turolla (2013) esclarecem que pode ou não ser utilizado um determinado índice, sozinho ou em uma cesta, mas não é adequado um índice que represente a variação de custos reais do prestador, já que isso não estimula a busca pela eficiência.

Todas as agências, que disponibilizam suas metodologias nas resoluções, tem índices que levam em consideração diversas variáveis. A Agersa e a Arsete possuem índices semelhantes, ambos fazem uma atualização da parcela de custos e despesas não administráveis (energia elétrica, materiais de tratamento e impostos) em relação ao faturamento, em valores reais das prestadoras, e os custos administráveis (pessoal, serviços de terceiros e outros materiais) pelo acumulado do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período de referência. Esse modelo, considerando a variação nos custos do próprio prestador, não incentiva a eficiência, como citado, além de ser um cálculo mais complexo e dependente do fornecimento de informações por parte do prestador.

Já a Arpe e a Arsban, utilizam um modelo mais simples de cálculo do reajuste, consequentemente tornam a compreensão mais acessível para os usuários, considerando uma ponderação de índices inflacionários que representam a proporção da composição dos custos, e não os custos reais.

Quanto à solicitação de informações sobre a metodologia de reajuste tarifário enviada para a Arsal, para o único *e-mail* disponível no *site*, o da ouvidoria, o retorno foi que “... a ouvidoria se restringe apenas ao registro de reclamações, elogios, denúncias, solicitações e sugestões.”. Além disso, houve um direcionamento para que



se procurasse o “órgão competente”, a prestadora de serviço. Tem-se que, conforme essa resposta, um pedido de informação sobre metodologia de reajuste de serviços regulados pela agência em questão não foi considerado assunto de competência da Agência, nem a ouvidoria, como canal de comunicação do usuário apto a fornecer a informação ou direcionar para responsável interno, mesmo constando no *site* que através desse canal poderiam ser obtidas informações.

A Arce a princípio obteve avaliação negativa no que diz respeito à compreensão da definição do reajuste, o que motivou a busca por informação complementar. Foi enviado *e-mail* para a coordenadoria econômico-tarifária, já que esse contato é disponibilizado, além de outros setores, a resposta consistiu em um link para a nota técnica, que é publicada no *site*, mas na seção de audiências públicas. Ocorre que a Agência em questão não utiliza metodologia de reajuste tarifário para os serviços em questão, procedendo para a atualização das tarifas por meio de revisões ordinárias ou extraordinárias, nas quais o equilíbrio econômico financeiro do contrato é revisado, não ocorrendo uma simples atualização por meio de índice inflacionário. O ponto positivo desse procedimento é que garante o equilíbrio do contrato e dilui as atualizações tarifárias em períodos menores, mas ao mesmo tempo, resulta em análise mais complexa e trabalhosa por parte da Agência, bem como em aumentos para o consumidor maiores que os dos índices de inflação oficiais. Esclarecida essa questão, foi a agência com melhor avaliação nesse estudo, seguida pela Agersa, não coincidentemente, ambas estão entre os primeiros entes reguladores do setor no Brasil.

A MOB herdou as atribuições da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão, extinta em 2017, mas o nível de transparência não melhorou, sendo equivalentes entre ambos os *sites* institucionais. Obteve-se informação parcial quanto ao reajuste, via *email*: as informações quanto ao reajuste podem ser encontradas em processo físico disponível na agência; a resolução publicada em Diário Oficial não traz fórmulas ou metodologia, apenas referência ao IPCA e demais custos; a Resolução que trata da prestação dos serviços informa que o reajuste será feito a partir de proposta enviada ao Conselho de Administração. De forma que não foi possível compreender a metodologia de reajuste por meio do *site* ou por correspondência eletrônica.

A ARPB informa em seu *site* que o contato com a Agência poderá ser feito por *e-mail*, sem prejuízo de outras formas, mas o único *e-mail* disponível é o da ouvidoria, o qual retornou uma mensagem de erro à tentativa de solicitação de informação.

A Agrese, através da ouvidoria, limitou-se a responder que todas as informações necessárias para o entendimento do reajuste encontram-se no *site*, ressalta-se que foi a agência com pior avaliação nos termos aqui abordados.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A garantia do direito de acesso à informação e plena transparência é fundamental à prática da boa administração pública, é um dos subsídios ao controle social, obrigatório na gestão do saneamento. Como pode haver esse controle social se há um desconhecimento por parte da população, como evidenciado por Moita Neto e Carcará (2017), levando a população a ter uma fraca atuação de cobrança e desconhecer as agências reguladoras como parte do processo de melhoria (TRATA BRASIL; IBOPE, 2012).

Essa pesquisa limitou-se à algumas agências do Nordeste, mas por essa amostra pode-se afirmar que as agências estão longe de desempenhar a atuação necessária para o amplo conhecimento da temática saneamento, mesmo no caso dos serviços mais conhecidos, abastecimento de água e esgotamento sanitário. Claro que apenas a garantia da transparência das ações não é garantia de solução da questão, mas certamente contribui para a melhoria de serviços tão fundamentais.

A falta de transparência não é exclusividade das agências reguladoras de saneamento, Rodrigues (2013) analisou a transparência ativa nos portais das universidades federais, o estudo abordou a questão de forma mais geral quanto a explicações e publicações sobre a LAI nos portais pesquisados, concluindo sobre a não homogeneidade das informações e que nenhuma instituição atendeu plenamente os critérios avaliados.

Lenzi et al. (2017) ao analisar municípios de Santa Catarina com mais de 50 mil habitantes, observaram que apesar de muitos municípios atenderem a vários itens da LAI, o atendimento parcial é elevado, e diversas exigências são simples de serem resolvidas, são informações que estão disponíveis, só precisam ser incluídas.

Semelhante ao que se observou nessa pesquisa, frequentemente as informações estão dispersas nos *sites*, dificultando a consulta. Souza et al. (2013) também constataram que as informações quando existentes nos portais não estão disponibilizadas de forma a facilitar o acesso, sendo recomendável a melhoria nas ferramentas para incentivar o controle social.

## CONCLUSÕES/RECOMENDAÇÕES

Conclui-se que as agências reguladoras ainda não atendem plenamente o que se entende por transparência ativa, já que, em uma análise focada em um recorte temático do saneamento, verificou-se várias deficiências que podem ser solucionadas facilmente, através na inclusão das informações que já estão disponíveis para os gestores.

Quanto às metodologias de cálculo, a sugestão é que também sejam incluídas nas resoluções de homologação dos reajustes, para garantir o direito à informação e transparência das decisões.

A avaliação objetiva da transparência ativa demonstrou ser uma questão complexa, pois por mais que as agências aparentem atender as exigências da lei, ao disponibilizar um *site*; ferramenta de busca; publicação de suas resoluções; seção de perguntas frequentes; meios para contato; a maneira como as informações estão disponibilizadas é o que torna possível uma transparência efetiva.

Observou-se que há mais uma preocupação em parecer que há transparência por conta da legislação, do que ser transparente de fato, já que as consultas na sua maioria são dificultadas até mesmo pela disposição das informações dentro dos portais.

O item da atividade regulatória que essa pesquisa sobre transparência ativa chamou a atenção foi o reajuste tarifário, mas outras questões também podem ser objeto de pesquisa semelhante, como a transparência nas decisões e na publicação de relatórios de fiscalização.

## AGRADECIMENTO

As autoras agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (401320/2016-2; 422087/2018-1) e à Fundação de Amparo à Pesquisa no Piauí (FAPEPI) pelo financiamento de projetos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACCESS INFO. The RTI Rating: analyses the quality of the world's acces to information laws. Global Right to Information Rating, 2019. Disponível em: <https://www.rti-rating.org/>. Acesso em: 27 mar. 2019.
2. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 27 mar. 2019.
3. BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Diário Oficial da União, Brasília, 8 jan. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm). Acesso em: 27 mar. 2019.
4. BRASIL. Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, e dá outras providências [...]. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7217.htm). Acesso em: 27 mar. 2019.
5. BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso à informação [...]. Diário Oficial da União, Brasília, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 27 mar. 2019.
6. BRASIL. Ministério das Cidades. Regulasan. Publicação I: Consultoria para ações de assistência técnica, elaboração de estudos e capacitação técnica em regulação e fiscalização de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Brasília: Ministério das Cidades, 2018. 303 p. Disponível em:

- <http://www.mi.gov.br/saneamento-cidades/projeto-interaguas/regulacao/249-secretaria-nacional-de-saneamento/regulasan/5546-produtos>. Acesso em: 27 mar 2019.
7. CARRARA DE MELO, B. A.; TUROLLA, F. A. Modelos de regulação tarifária e a Lei n. 11.445/2007: as alternativas possíveis. In: GALVÃO JUNIOR, A. D. C.; MONTEIRO, M. A. P.; MELO, A. J. M. Regulação do saneamento básico. 1. ed. Barueri: Manole, 2013. p. 420.
  8. CGU. Guia de transparência ativa para órgãos e entidades do poder executivo federal. 5º. ed. Brasília: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria da União, 2017. Disponível em: <http://www.acessoinformacao.gov.br/lai-para-sic/sic-apoio-orientacoes/guias-e-orientacoes/gta-5a-versao.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.
  9. CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, jan./fev. 2012. 153-176. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7080/5635>. Acesso em: 27 mar. 2019.
  10. FUNASA. Gestão econômico-financeira no setor de saneamento. 2. ed. Brasília: Funasa/Ministério da Saúde, 2014. 200 p.
  11. GALVÃO JUNIOR, A. D. C.; PAGANINI, W. D. S. Aspectos conceituais da regulação dos serviços de água e esgoto no Brasil. Engenharia Sanitária e Ambiental, v.14, n.1, jan./mar. 2009. p. 79-88. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/esa/v14n1/v14n1a09.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.
  12. LENZI, F. C. et al. A transparência na administração pública conforme a lei de acesso à informação nos municípios de Santa Catarina. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, 13, n. 1, jan.-abr. 2017.224-246. Disponível em: <http://www.rbgr.net/revista/index.php/rbgr/article/view/2736>. Acesso em: 27 mar. 2019.
  13. LIMA, G. Modelos e mecanismos de regulação independente. In: GALVÃO JUNIOR, A. D. C.; MONTEIRO, M. A. P.; MELO, A. J. M. Regulação do saneamento básico. Barueri: Manole, 2013. p. 1-31.
  14. MAJONE, G. As transformações do Estado regulador. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 262, jan./abr. 2013. 11-43. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8898>. Acesso em: 07 mar. 2019.
  15. MARTINS, H. Lei da Transparência e sua aplicação na administração pública: valores, direito e tecnologia em evolução. Brasília: STJ, 2015. Disponível em: [http://www.stj.jus.br/web/verDiscursoMin?parametro=1&cod\\_matriculamin=0001182](http://www.stj.jus.br/web/verDiscursoMin?parametro=1&cod_matriculamin=0001182). Acesso em: 27 mar. 2019. Discurso Ministro do STJ.
  16. MOITA NETO, J. M.; CARCARÁ, M. D. S. M. Saneamento Básico: desinformação como limitador do controle social em Teresina-PI. Gaia Scientia, v. 11(2), 2017. 71-83. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/33427>. Acesso em: 27 mar. 2019.
  17. ONU. Universal Declaration of Human Rights. UNITED NATIONS, 1948. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em: 27 mar. 2019.
  18. ONU. Resolution 64/292. The human right to water and sanitation., 3 ago. 2010. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/64/292](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292). Acesso em: 27 mar. 2019.
  19. ONU. Nações Unidas no Brasil, 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods16/>. Acesso em: 27 mar. 2019.
  20. PINTO JR, H. Q.; FIANI, R. Regulação econômica. In: KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. Cap. 22, p. 515-543.
  21. RODRIGUES, G. M. Indicadores de “transparência ativa” em instituições públicas: análise dos portais de universidades públicas federais. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, nov. 2013. 423-438. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3474>. Acesso em: 27 mar. 2019.
  22. SOUZA, F. J. V. et al. Índice de transparência municipal: um estudo nos municípios mais populosos do Rio Grande do Norte. Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade, Salvador, 3, set./dez. 2013. 94-113. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/373/442>. Acesso em: 27 mar. 2019.
  23. TRATA BRASIL; IBOPE. Instituto Trata Brasil. A percepção do brasileiro quanto ao saneamento básico e a responsabilidade do poder público, maio 2012. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/estudos/estudos-itb/itb/a-percepcao-do-brasileiro-quanto-ao-saneamento-basico-e-a-responsabilidade-do-poder-publico>. Acesso em: 27 mar. 2019.